

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PAUTA 006/2018

A **PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais, resolve convocar os Excelentíssimos Senhores Membros do Conselho Superior do Ministério Público para Sessão Ordinária, a ser realizada no próximo dia 17 de abril de 2018, terça-feira, à partir das 14:00 horas, na Sala das Sessões – Sede do Ministério Público do Estado da Bahia, situada à 5ª Avenida, nº 750 - Centro Administrativo da Bahia - CAB, nesta Capital, para apreciação da seguinte ordem do dia:

1. RELATÓRIOS DE CONFIRMAÇÃO NA CARREIRA: RECEBIMENTO, DISTRIBUIÇÃO E APLICAÇÃO DO ART. 112 E SEQUINTE DO REGIMENTO INTERNO DO CSMP.

- 1.1. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.6133/2018. INTERESSADO: PROMOTOR DE JUSTIÇA JOÃO RICARDO SOARES DA COSTA;
- 1.2. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.6142/2018. INTERESSADO: PROMOTOR DE JUSTIÇA LUÍS EDUARDO SOUZA E SILVA;
- 1.3. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.2774/2018. INTERESSADO: PROMOTOR DE JUSTIÇA AILSON DE ALMEIDA MARQUES;
- 1.4. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.6132/2018. INTERESSADO: PROMOTOR DE JUSTIÇA ROMEU GONÇALVES COELHO FILHO;
- 1.5. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.6115/2018. INTERESSADA: PROMOTORA DE JUSTIÇA LARA VASCONCELOS PALMEIRA CRUZ LEONE;
- 1.6. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.6114/2018. INTERESSADO: PROMOTOR DE JUSTIÇA IGOR CLÓVIS SILVA MIRANDA;
- 1.7. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.6105/2018. INTERESSADO: PROMOTOR DE JUSTIÇA ADRIANO NUNES DE SOUZA;
- 1.8. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.6118/2018. INTERESSADO: PROMOTOR DE JUSTIÇA ALEX BEZERRA BACELAR;
- 1.9. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.6116/2018. INTERESSADO: PROMOTOR DE JUSTIÇA ELIAS SILVA RODRIGUES;
- 1.10. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.2778/2018. INTERESSADO: PROMOTOR DE JUSTIÇA HELBER LUIZ BATISTA;
- 1.11. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.6139/2018. INTERESSADO: PROMOTOR DE JUSTIÇA ARIEL JOSÉ GUIMARÃES NASCIMENTO;
- 1.12. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.2769/2018. INTERESSADO: PROMOTOR DE JUSTIÇA FRANCISCO DE FREITAS JÚNIOR;
- 1.13. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.6106/2018. INTERESSADO: PROMOTOR DE JUSTIÇA ALAN CEDRAZ CARNEIRO SANTIAGO;
- 1.14. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.6107/2018. INTERESSADO: PROMOTOR DE JUSTIÇA LUCAS DA SILVA SANTANA;
- 1.15. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.6111/2018. INTERESSADA: PROMOTORA DE JUSTIÇA CÍNTIA CAMPOS DA SILVA;
- 1.16. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.4994/2018. INTERESSADO: PROMOTOR DE JUSTIÇA LEANDRO RIBEIRO DE MATTOS OLIVEIRA.

2. RELATORIA DE PROCEDIMENTOS:

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA JOSÉ CUPERTINO AGUIAR CUNHA:

2.1. Procedimento Ministerial nº 331.9.6204/2017, da Promotoria de Justiça de Terra Nova;

- 2.2. Inquérito Civil nº 003.0.168284/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 2.3. Procedimento Ministerial nº 003.9.209789/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.4. Inquérito Civil nº 644.0.144768/2013, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Vitória da Conquista
- 2.5. Inquérito Civil nº 646.0.135642/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 2.6. Inquérito Civil nº 644.0.86842/2014, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Vitória da Conquista;
- 2.7. Inquérito Civil nº 204.0.103296/2016, da Promotoria de Justiça de Oliveira dos Brejinhos;
- 2.8. Procedimento Ministerial nº 003.9.199924/2017, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Capital;
- 2.9. Procedimento Ministerial nº 933.0.89980/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA CLEONICE DE SOUZA LIMA:

- 2.10. Procedimento ministerial nº 593.0.84621/2009, da 4ª Promotoria de Justiça de Luis Eduardo Magalhães;
- 2.11. Inquérito Civil nº 646.9.38947/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 2.12. Inquérito Civil nº 646.0.140418/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 2.13. Inquérito Civil nº 646.0.177113/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 2.14. Recurso Administrativo nº 647.9.28216/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 2.15. Inquérito Civil nº 242.9.198349/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Conceição do Coité;
- 2.16. Inquérito Civil nº 701.0.16506/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Itapetinga;
- 2.17. Inquérito Civil nº 696.0.166938/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 2.18. Inquérito Civil nº 003.0.178120/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA DAS GRAÇAS SOUZA E SILVA:

- 2.19. Inquérito Civil nº 708.0.80136/2016, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 2.20. Inquérito Civil nº 646.0.179829/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 2.21. Inquérito Civil nº 596.0.118206/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 2.22. Procedimento Ministerial nº 011.0.151640/2010, da Promotoria de Justiça de Andaraí.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA NATALINA MARIA SANTANA BAHIA:

- 2.23. Procedimento Ministerial nº 003.0.104921/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.24. Procedimento Ministerial nº 703.9.166424/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora;
- 2.25. Inquérito Civil nº 600.9.270975/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 2.26. Procedimento Ministerial nº 001.0.66046/2016, da Promotoria de Justiça de Una;
- 2.27. Inquérito Civil nº 322.9.99895/2017, da Promotoria de Justiça de Tanque Novo;
- 2.28. Inquérito Civil nº 163.9.21664/2017, da Promotoria de Justiça de Maracás;

- 2.29. Procedimento Ministerial nº 703.0.101541/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora;
- 2.30. Inquérito Civil nº 600.0.234761/2013, da Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 2.31. Inquérito Civil nº 646.0.185700/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 2.32. Inquérito Civil nº 331.0.213262/2011, da Promotoria de Justiça de Terra Nova;
- 2.33. Inquérito Civil nº 598.0.210730/2016, da Promotoria de Justiça Regional Especial com sede em Juazeiro;
- 2.34. Inquérito Civil nº 003.0.7144/2014, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.35. Procedimento Ministerial nº 674.0.168459/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 2.36. Procedimento Ministerial nº 676.0.58564/2011, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Bom Jesus da Lapa.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA:

- 2.37. Inquérito Civil nº 590.0.15374/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 2.38. Inquérito Civil nº 600.0.37169/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 2.39. Inquérito Civil nº 646.0.188062/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 2.40. Inquérito Civil nº 646.0.179978/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 2.41. Inquérito Civil nº 005.0.25688/2013, da Promotoria de Justiça de Chorrochó;
- 2.42. Procedimento Ministerial nº 069.0.134006/2008, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 2.43. Inquérito Civil nº 003.0.49990/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.44. Inquérito Civil nº 608.0.158519/2015, da 8ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 2.45. Inquérito Civil nº 708.0.174050/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 2.46. Inquérito Civil nº 003.0.59375/2010, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 2.47. Inquérito Civil nº 237.0.83795/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 2.48. Procedimento Ministerial nº 692.9.246735/2017, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Guanambi;
- 2.49. Inquérito Civil nº 702.9.78193/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 2.50. Procedimento Ministerial nº 593.9.28126/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARILENE PEREIRA MOTA:

- 2.51. Procedimento Ministerial nº 694.0.30051/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa;
- 2.52. Inquérito Civil nº 592.0.121814/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 2.53. Inquérito Civil nº 003.0.52930/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 2.54. Inquérito Civil nº 592.9.29356/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 2.55. Inquérito Civil nº 708.0.159707/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 2.56. Inquérito Civil nº 001.9.239724/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.57. Inquérito Civil nº 331.0.44976/2015, da Promotoria de Justiça de Terra Nova;
- 2.58. Inquérito Civil nº 003.0.128097/2008, da Promotoria de Justiça de Presidente

Jânio Quadros.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARGARETH PINHEIRO DE SOUZA:

- 2.59. Procedimento Ministerial nº 343.0.96774/2009, da Promotoria de Justiça de Una;
- 2.60. Procedimento Ministerial nº 331.0.245185/2015, da Promotoria de Justiça de Terra Nova;
- 2.61. Inquérito Civil nº 242.9.198336/2017, da Promotoria de Justiça de Retirolândia;
- 2.62. Inquérito Civil nº 001.9.1538/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.63. Inquérito Civil nº 001.9.40234/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA NIVALDO DOS SANTOS AQUINO:

- 2.64. Inquérito Civil nº 716.0.120785/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Ipirá;
- 2.65. Inquérito Civil nº 035.9.153953/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 2.66. Inquérito Civil nº 003.0.71971/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.67. Inquérito Civil nº 712.0.24875/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 2.68. Inquérito Civil nº 003.0.10286/2012, da 6ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Salvador;
- 2.69. Inquérito Civil nº 720.9.28886/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA SILVANA OLIVEIRA ALMEIDA:

- 2.70. Inquérito Civil nº 692.0.59509/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi.

3. O QUE OCORRER.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em 09 de abril de 2018.

EDIENE SANTOS LOUSADO
Procuradora-Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público